

Arquivos e educação no Brasil: as práticas de mediação cultural e a Base Nacional Comum Curricular

Fabiola Pereira Costa Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-0456-8897>
fabiolajpc@hotmail.com

Taiguara Villela Aldabalde Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-4956-0896>
taiguara.aldabalde@ufes.br

Meri Nadia Marques Gerlin Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-4292-2559>
meri.gerlin@ufes.br

Resumo O presente estudo assume como objetivo, refletir acerca de tópicos que impactam as práticas colaborativas no campo da mediação cultural desenvolvida por meio da parceria entre os arquivos e as escolas. Busca debater sobre a mediação cultural, a mediação da informação no contexto de práticas arquivística e educativa. Procedeu-se a um estudo documental. Como resultado reflete sobre tópicos dos arquivos, da mediação cultural tendo como suporte as competências na Base Nacional Comum Curricular. Após a reflexão, propõe práticas ao ambiente do arquivo em parceria com escolas. Concluiu-se que, com base na análise, é reconhecível que o acervo documental utilizado à proposta de práticas de mediação cultural em um arquivo público municipal é recurso didático e, que, por conseguinte, destaca-se por seu potencial ao desenvolvimento de competências em práticas com arquivos em espaços de mediação.

Palavras-chave Arquivo. Escola. Base Nacional Comum Curricular. Mediação cultural e da informação.

Archives and education in Brazil: cultural mediation practices and the National Curricular Common Basis

Abstract The aim is thinking about topics on collaborative practices in the field of cultural mediation developed through the partnership of archives and schools, supported by the competencies of the National Curricular Common Base. Seeks to discuss topics such as cultural mediation, information mediation, archival and educational practices. A documentary research was adopted. As a results it reflects on topics of the archives, of cultural mediation, based on competencies in the Common National Curriculum Base. After reflection, it proposes practices to the archive environment in partnership with schools. Based on the analysis of the document, the use the documentary collection used in cultural mediation practices in a municipal public archive is recognized and, consequently, have potential to development competencies in mediation spaces.

Keywords *Archive. Education. National Curricular Common Basis. Cultural and information mediation.*

Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 14/08/2022
Aprovado em 29/11/2022
Publicado em 07/02/2023



1 INTRODUÇÃO

No terreno intersetorial entre o campo arquivístico e o educativo, pretende-se apresentar resultados de uma pesquisa que pode aperfeiçoar o entendimento sobre de que forma os serviços educativos em instituições arquivísticas podem ser constituídos como lugares para práticas de mediação cultural voltadas ao público escolar. A partir desses serviços, pressupõe-se encontrar um espaço para realização destas práticas, tanto para democratizar os arquivos como para realizar atividades com fins educativos e/ou culturais que envolvem arquivistas, professores ou profissionais habilitados para atuar na intersetorialidade arquivo-educação.

Considerando a gama de possibilidades destas atividades, busca-se subsidiar práticas desta mediação em arquivos públicos a partir dos resultados do estudo a ser arrolado, realizado no âmbito do Arquivo Público Municipal de Vitória (APMV) no Estado do Espírito Santo (ES) como um exemplar de um arquivo público, tendo em vista a ampliação das potencialidades deste estudo a todo território brasileiro em decorrência de uma abordagem que se fundamenta na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018).

Parte-se do contexto regional do ES, abordado em Aldabalde (2015), levando-se em conta os tipos de práticas de mediação cultural desenvolvidas no arquivo público estadual, tais como oficinas, palestras, debates, lançamentos de obras e concursos sobre temas que podem ser associados ao âmbito da história geral e regional brasileira, convergindo-se, dessa maneira, as práticas pedagógicas e o processo de mediação cultural voltados ao público escolar. Contudo, aqui busca-se refletir não sobre quaisquer possibilidades, mas antes sobre aquelas em tópicos associados às práticas colaborativas no campo da mediação a partir da BNCC (Brasil, 2018).

Dado isso, assume-se o objetivo de refletir acerca dos objetos intelectuais e empíricos (documento normativo nacional e outros documentos), a fim de propor práticas colaborativas no campo da mediação cultural por meio de parcerias entre os arquivos e as escolas, tendo como referência Brasil (2018), as competências em Brasil (2018), o contexto de investigação, os documentos de arquivo e os tipos de práticas de mediação cultural em Aldabalde (2015; 2021).

2 CONCEITOS, PREMISSA E CONTEXTO

Para Chaumier (2016), o conceito tradicional de mediação está ligado com a ideia de intervenção em campos como o direito, a escola pública e a instrução religiosa. Por outro lado, Chaumier (2016) indica que a mediação pode ser posta para além desta concepção tradicional, tornando-se ocasião para dinâmicas participativas de inclusão de comunidades em que revelações

podem ser provocadas por experiências a partir do sentir, do refletir sobre a consciência de outras realidades, do confrontar sensibilidades alheias e descobrir mais coisas sobre a alteridade em lugares institucionais de mediação.

Chaumier (2016) defende que para compreender o conceito de mediação cabe conhecer minimamente seu histórico. Assim, o autor registra que a mediação possui origens nos anos 1960, primeiramente vinculada com a instrução, forma-se em 1970 como movimento de desalienação e, a partir de então, está assentada na década de 1980, como modo de democratização, desenvolvida na esteira das transformações das instituições culturais.

Neste sentido, o autor indica que a mediação é hoje essencialmente participativa e está ligada como o movimento de tornar uma cultura popular junto aos públicos, tradicionalmente para a formação de um humano instruído, isto é, responsável para ocupar seu lugar social. Assim, o autor reconhece que o mediador também possui a função de instruir o sujeito para cidadania e, também, mais recentemente para a emancipação.

Jammet (2007) pontua que a noção de mediação cultural no terreno dos arquivos significa democratização e essa é mensurada por um critério essencial: a participação. Para o autor, esta mediação é atravessada por dois eixos estratégicos para o campo da ação: a democratização e a democracia cultural. A primeira diz respeito à elevação de um grande número de pessoas aos arquivos como patrimônio público de modo que é necessário o uso da cultura arquivística para transmissão de conhecimentos sobre tópicos como instrumentos de pesquisa, tendo em vista facilitar a apropriação dos fundos.

Já a democracia cultural para o autor, é centrada nas populações locais por demanda institucional, levando em conta as variadas expressões culturais em função de atividades participativas tais como a constituição na atualidade de aquilo que está em curso de legitimação como a construção de uma memória pluricultural (JAMMET, 2007). Portanto, a cultura arquivística é algo a ser democratizado por meio de práticas. Essas práticas de mediação cultural são qualificadas por Chaumier (2016) como interativas, participativas, colaborativas e contributivas em relação às populações.

Chaumier (2016) evidencia uma convergência entre mediação cultural e mediações educativas, de forma que a primeira colabora com as segundas na instrução, educação informal ou em categorias como a educação popular. A cultura científica é citada pelo autor como uma cultura a ser popularizada aos considerados ignorantes nesta. Em termos práticos Chaumier (2016) enfatiza que é preciso reconhecer códigos culturais, conteúdos, maneiras de se comunicar e expor

em função das variáveis dos públicos: crianças, adolescentes, jovens, adultos, seniores, pessoas com deficiência e em situação social de risco ou em dificuldade.

Steegmuller (2016) aponta que os programas de mediação podem estar relacionados com a apropriação e a produção de conhecimento de forma que, nesta concepção, têm sido associados com a aprendizagem, a educação e a interpretação. De acordo com o autor, o termo “mediação cultural” é definido como processo de desenvolvimento ou de progresso pela vida cultural de uma comunidade, de modo que esta mediação é situada como um campo de atividades de intervenções, marcado pelo contexto em que as instituições (museus ou arquivos, por exemplo), assumem seu papel civilizatório. Isso significa abarcar a integração de indivíduos de diferentes culturas, de acessibilidade social, de oposição a discriminação de comunidades marginalizadas e da inclusão das populações fragilizadas (STEEGMULLER, 2016).

Espírito Santo e Murguia (2006), definem a mediação em relação ao campo informacional, caracterizando-a pelo enfoque na apropriação das informações de instituições culturais, principalmente os arquivos, as bibliotecas e os museus. Para os autores, o campo de ação da mediação inclui, dentre outras coisas, territórios e interfaces para a acessibilidade e ao processamento da apropriação da informação. Espírito Santo e Murguia (2006) diagnosticam o cenário institucional e profissional em relação ao campo da mediação, de forma que “a partir dos contextos culturais brasileiros, ainda permanece uma força externa conservadora, que limita, para instituições, os benefícios dos resultados da interação, da apropriação e da transformação das informações” (Espírito Santo; Murguia, 2006, p. 7).

No âmbito da função dos profissionais, identificam “[...] mudança de foco no sentido da importância do deslocamento da mediação - do papel do profissional da informação para o de mediador da informação” (Espírito Santo; Murguia, 2006, p. 13). Buscando conceituar a mediação da informação, Almeida (2007) recupera o sentido comunicacional da mediação abarcando possibilidades de atuação tais como: construir produtos a fim de introduzir o público em um universo e interagir para que se estabeleçam laços. O autor apresenta desafios ao campo da mediação da informação, salientando que cabe ter em vista a formulação de políticas socioculturais para que as inovações possam levar a um crescimento da participação democrática e a expressão multicultural na sociedade.

É notável que os entendimentos de mediações cultural, educativa e da informação parecem convergir de maneira que é possível depreender que mediadores culturais, da educação e informacionais possam colaborar para a formulação e execução de políticas apontadas por

Almeida (2007) ou de diretrizes tais como a BNCC (BRASIL, 2018). Para tanto ressalta-se o que o autor aponta: a necessidade de pensar a função política dos mediadores nos processos culturais e as inter-relações entre a cultura face às outras dimensões da vida social tais como a educação.

Em consonância com Steegmuller (2016), para Chaumier (2016), a mediação cultural depende de uma concepção institucional em que as comunidades são a razão de ser ou justificativas de existência das instituições. Para o autor, podem ocorrer mediações educativas juntamente com a mediação cultural, vide a ocasião em que um professor participa de uma visita mediada a uma instituição com aporte de documentos que podem instruir e transmitir conteúdos.

Partindo da premissa de que os itens documentais do arquivo associados às práticas de mediação cultural convergem com o conteúdo normativo apresentado pela BNCC (BRASIL, 2018), considera-se relevante pensar as (novas) abordagens pedagógicas contidas no documento em função de poderem auxiliar no processo de ensino e aprendizagem (Pea) da escola em parceria com a instituição arquivística. A BNCC (BRASIL, 2018) se apresenta como um documento nacional de referência com a formulação de políticas para os ambientes escolares brasileiros, elencando elementos normativos e norteadores para um Ensino Básico integrador, contemplando desde os conteúdos programáticos curriculares até as metodologias que podem ser adaptadas para diversas áreas do conhecimento (BRASIL, 2018).

Uma dentre outras possibilidades de articulação entre novos formatos metodológicos para atendimento das orientações prescritas na BNCC a partir do uso de itens documentais está presente no componente curricular de História. Isso pois a área de conhecimento de Ciências Humanas, incluindo História, é relacionada aos “[...] patrimônios históricos e culturais da cidade e/ou do município em que vive; a produção dos marcos da memória: os lugares de memória” (BRASIL, 2018, p. 410). Ao abordar sobre a habilidade de identificar “[...] os marcos históricos do lugar em que vive [...]” buscando-se compreender seus significados, é possível colocar-se em questão esta habilidade empregada para reconhecer “[...] registros de memória na cidade (nomes de ruas, monumentos, edifícios, etc.), discutindo os critérios que explicam a escolha desses nomes” (BRASIL, 2018, p. 411). Ainda na área de conhecimento de Ciências Humanas, as autoridades que elaboraram a BNCC (BRASIL, 2018) reconhecem, supostamente por decorrência, as instituições arquivísticas como ambientes educativos, tendo em vista que: “[...] valorizar e problematizar as vivências e experiências individuais e familiares trazidas pelos alunos, por meio do lúdico, de trocas, da escuta e de falas sensíveis, nos diversos ambientes educativos (bibliotecas, pátio, praças, parques, museus, arquivos [...])” (BRASIL, 2018, p. 355)

A partir desse contexto, emergem as possibilidades de realização das atividades de práticas de mediação cultural, tais como: exposições de itens documentais como fotografias; e visitação de ambientes arquivísticos, para acesso a acervos que retratem a administração pública e os processos que envolvem a denominação das ruas e monumentos, favorecendo o aprendizado sobre os patrimônios históricos e culturais presentes nos lugares de vivência dos educandos (ALDABALDE, 2015; KOYAMA, 2016; BELLOTTO, 2014). Os serviços e produtos disponibilizados podem, portanto, assumir abordagens ao desenvolvimento de competências previstas na BNCC por meio de práticas arquivísticas que transcendem às atividades de produção, recepção e gestão documental relacionadas aos usuários, estendendo-se ao campo das práticas de mediação em relação aos públicos escolares.

Cabe destacar que diferente de outras instituições de guarda, os arquivos custodiam documentos de valor probatório que podem ser situados na categoria dos bens materiais tangíveis ainda não comumente apropriados pela educação patrimonial, mas ao menos têm sido contemplados em ações centradas no Patrimônio Cultural e diretamente ligadas à produção de conhecimento individual e/ou coletivo. Enquanto a educação patrimonial pode proporcionar a apropriação e a valorização da herança cultural de um grupo, país e/ou nação, o uso pedagógico dos documentos de arquivos se constituem como estratégias didáticas ao desenvolvimento de competências por meio de práticas de mediação cultural com arquivos (ALDABALDE, 2021; HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 2006).

A função cultural e educativa do arquivo em ambientes de aprendizagem depende da parceria estabelecida com instituições como bibliotecas, empresas, universidades, centros de educação infantil, escolas do ensino fundamental e médio, proporcionando, em tese, um ambiente para que o relacionamento com a sociedade se torne cada vez mais complexo e integrado. A composição das redes de conexão com colaboradores como administradores, agentes culturais, bibliotecários, gestores, historiadores, museólogos, pedagogos e professores pode ser uma dentre outras estratégias para lidar com as mudanças e dificuldades na transição dos arquivos públicos ao paradigma de Touraine (2006).

Neste sentido, o arquivista necessita desenvolver (novas) metodologias e usar ferramentas adequadas para o tratamento, o armazenamento e a disseminação do acervo documental, mas não apenas isso. Também cabe viabilizar a fruição cultural dos documentos públicos como bens culturais por práticas em razão imperiosa dos direitos culturais dos cidadãos que, em tese, não cabe ao Estado Democrático de Direito sonegar. Por exemplo, a prática do

atendimento que, supostamente, costuma contemplar historiadores, administradores e demais sujeitos caracterizados como usuários frequentes, encontra-se em expansão com a abertura da instituição arquivística para os públicos diversos a fim de que esses constituam-se como partícipes da vida cultural a ser constituída nos arquivos.

Nas práticas de mediação cultural, pelo eixo da democratização esse atendimento é vertido para todos os cidadãos que, por força de seus direitos culturais, informacionais, sociais e humanos, e pode incluir todos os povos tradicionais que manifestarem interesse em consultar e usufruir de itens do acervo documental público sem restrições.

Quando elaborados e executados, os programas educativos, em tese, fortalecem a interação entre o arquivo, a escola, o professor, o aluno e, sobretudo, incentivam a frequência dos usuários e a valorização por parte deles em relação aos serviços oferecidos (ALDABALDE, 2015; BELLOTTO, 2006). Apesar das práticas culturais já existentes nos arquivos envolvendo os setores da cultura e da educação (ALDABALDE, 2015), cabe destacar que ainda não foram elaboradas políticas culturais para os arquivos públicos. O mesmo pode ser dito em relação às políticas educacionais para tais instituições.

A mediação cultural é um processo que pode ser também educativo, pois por estar em categorias distintas, pode ocorrer sobreposição de mediações, isto é, pode ocorrer que uma prática de mediação cultural seja também, em tese, prática pedagógica. Para que essa ocorra é necessário disponibilizar produtos e/ou serviços culturais, educativos e informativos em consonância com a democratização da cultura de cada instituição envolvida no processo. Assim, uma prática de mediação cultural, a depender da proposta pode, deve e/ou necessita proporcionar fruição dos documentos de arquivo como bens culturais, sem deixar de educar.

3 PRÁTICAS ÀS ESCOLAS: OS RESULTADOS PRELIMINARES DA PESQUISA

Borges e Santos (2014, p. 312) argumentam que os “[...] arquivos públicos têm sido uma importante fonte para [...] estudantes na busca por informações para a realização de pesquisas e trabalhos [...]”. Nestes termos os arquivos também podem ser considerados como os gestores e protetores legais do “[...] repositório do patrimônio histórico documental” (BELLOTTO, 2014, p. 135), além de gerir, salvaguardar e disseminar os documentos públicos, desempenham um importante papel no que se refere à garantia do direito de acesso à informação por parte do cidadão. Camargo e Machado (2000, p. 14) compreendem que um arquivo municipal se trata da

“[...] instituição responsável pelos conjuntos de documentos acumulados por órgãos dos poderes executivo e legislativo, no âmbito da administração municipal direta ou indireta.”

A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos, em seu Art. 17 confere às instituições arquivísticas a responsabilidade pela administração da documentação pública ou de caráter público, seja a instituição de âmbito federal, estadual ou municipal. Quanto à configuração da instituição arquivística municipal, ainda no Art. 17, § 4º a Lei estabelece que “[...] são arquivos municipais o arquivo do Poder Executivo e o arquivo do Poder Legislativo” (BRASIL, 1991). A mesma instituição é definida pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística como “[...] arquivo público mantido pela administração municipal, identificado como o principal agente da política arquivística nesse âmbito” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 33).

Como parte do processo investigativo do presente estudo, apresenta-se a seguir o contexto do APMV, considerando que as consultas não se restringem apenas a um material custodiado, mas inclui diversos materiais que retratam a cidade de Vitória capital do ES, e, parecem ser as fotografias os itens documentais mais procurados pelos usuários, e em seguida, aparentemente, estão os mapas, manuscritos, processos, plantas e jornais. Para Gomes (2015, p. 565) o uso de fotografias como fontes de informação está associado ao fato das mesmas evocarem “[...] importantes registros de memórias, fatos e acontecimentos, proporcionando ao pesquisador e ao observador o recorte de um momento do passado.”

Os arquivos públicos municipais e as relações existentes com o contexto do município no qual residem é um fator essencial a ser levado em conta em práticas de mediação cultural, fator considerado natural, conforme apontado por Bellotto (2014), devido ao fato dos arquivos públicos municipais acompanharem mais de perto o cotidiano do cidadão e, portanto, salvaguardar os registros desse cotidiano.

Conforme apontado por Paes (1998) no que tange a responsabilidade de instituições arquivísticas públicas municipais, o APMV, por exemplo, é responsável pelos serviços de atendimento administrativos que ocorrem de forma concomitante aos atendimentos vinculados à pesquisa no acervo permanente que custodia. Dentre tais serviços está o desarquivamento de processos administrativos e demais atividades da Prefeitura Municipal de Vitória tanto para o público interno, que atendem as demandas administrativas da prefeitura, quanto para o público externo, que são os cidadãos de modo geral que não possuem credenciamento na administração pública (COSTA; ALDABALDE, 2020).

No atendimento ao público externo, destacam-se o número expressivo de estudantes, no qual é identificado por Koyama (2016) como um dos mais importantes grupos de usuários de acervos documentais; e as demandas oriundas das pesquisas de cunho acadêmico. Apesar da referida categoria de usuários incluir estudantes de ensino superior e médio, é possível identificar que nas consultas ao acervo predominam os usuários com nível de escolaridade superior, o que ressalta a necessidade de ações que favoreçam a ampliação do acesso aos arquivos não restringindo sua utilização apenas ao público erudito e especialista. Apesar de possuir parte do acervo fotográfico digitalizado, ele não se encontra disponibilizado *on-line* para acesso remoto, ação que poderia resultar na ampliação ao acesso do acervo e, conseqüentemente, na valorização do seu patrimônio documental (KOYAMA, 2016). Ao que foi possível indicar, tal atendimento ocorre ainda como práticas esporádicas, sem políticas específicas para acolher as diversidades do público escolar e não foi possível encontrar práxis de mediação cultural, apenas práticas.

Neste sentido, parece haver lugares institucionais para iniciar os trabalhos em mediação cultural tais como: um serviço educativo ou uma coordenação de difusão cultural. Mas o que pode ser feito neste lugar já constituído na instituição em direção à mediação cultural? Para tanto, o presente estudo apresenta a seguir os parâmetros curriculares presentes na BNCC e as interlocuções deles com as atividades educativas, informativas e culturais a partir do uso de documentos arquivísticos em práticas de mediação cultural propostas após reflexão. Dentre os objetos intelectuais desta reflexão, que busca servir de base à brevíssima proposição de práticas, acha-se a BNCC a ser abordada a seguir.

3.1 As competências da Base Nacional Comum Curricular e a mediação no Arquivo e na Escola

A BNCC (BRASIL, 2018) trata-se de um documento referencial e norteador para a elaboração dos currículos escolares contemplando desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, apresentando os objetivos de aprendizagem previstos para cada etapa de formação do educando (BRASIL, 2018), não extinguindo os aspectos sociais e metodológicos de cada instituição, levando em conta as particularidades. Sua elaboração é resultado de estudos, contribuições e melhorias dos documentos que a antecedem e, por esse motivo, apresenta-se a trajetória do referido documento.

Se há itens documentais no APMV que foram utilizados em práticas de mediação cultural em Escolas do Ensino Fundamental e que convergem com o conteúdo normativo apresentado pela

BNCC, então a partir disso torna-se possível considerar novas abordagens pedagógicas. Essas podem refletir de forma construtiva no Pea em práticas de mediação cultural com documentos de arquivo. Desse modo, esse documento de referência voltado para a formulação dos currículos escolares no contexto brasileiro, acaba apresentando competências e elementos normativos norteadores para um ensino básico integrador, desde os conteúdos programáticos até as metodologias aplicadas abertas a construção e a inclusão de práticas de mediação cultural.

Conforme apontado, a elaboração da BNCC é resultado de estudos, contribuições e melhorias dos documentos que a antecedem e por esse motivo, parece fazer-se preciso, ao bem da inteligibilidade do estudo, apresentar a trajetória do referido documento de forma que possa contribuir com o planejamento das práticas de mediação cultural com fins didáticos no APMV voltadas aos usuários do Ensino Fundamental ou ao público escolar. Pode-se afirmar que os marcos legais que embasam a BNCC encontram-se fundamentados pela legislação e por ações registradas no final do século XX.

A Constituição Federal prevê, na década de 1980, conteúdos mínimos para o ensino fundamental com a meta de assegurar a formação básica comum e os valores culturais e artísticos nacionais e regionais (BRASIL, 1988). Com base no marco constitucional, na década de 1990 registram-se iniciativas relacionadas com: a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN); a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) contendo ações e práticas direcionadas para o currículo do Ensino Fundamental do 1º ao 9º ano e, por conseguinte, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação para orientar princípios da reforma curricular e orientar o professor na busca de novas abordagens e metodologias (BRASIL, 2005, 2010 e 2018).

Estruturada em três etapas, a Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, a BNCC descreve, para cada etapa, as competências que se deve alcançar e apresenta a organização das aprendizagens de cada uma. Na etapa da Educação Infantil preocupa-se com os direitos de aprendizagem e desenvolvimento que envolvem a convivência, participação, brincadeira, exploração, expressão e o autoconhecimento com o intuito de viabilizar o crescimento integral da criança. Classificam-se as faixas etárias para a educação em três grupos: os bebês de zero a um ano e seis meses, as crianças de um ano e sete meses a três anos e onze meses e, por fim, as crianças de quatro anos a cinco anos e onze meses. Apresenta cinco eixos de trabalho: o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; e espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Dentro de cada campo de experiência são apresentados objetivos de aprendizagem e desenvolvimento específicos de cada grupo, respeitando as características e atribuições das diversidades coletivas.

O Ensino Fundamental, objeto desta pesquisa, é sistematizado em cinco áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso, totalizando os componentes curriculares destinados aos anos iniciais (1º ao 5º ano) e anos finais (6º ao 9º ano) do referido nível de ensino. Os componentes curriculares referentes ao Ensino Fundamental estão alocados em cinco áreas do conhecimento – Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso – e totalizam nove componentes. A área de conhecimento referente a Linguagens comporta língua portuguesa, arte, educação física e língua inglesa; em Matemática o componente diz respeito à matemática; em Ciências da Natureza está relacionado como componente curricular itens referentes às ciências; em Ciências Humanas estão incluídos os componentes de geografia e história; e em Ensino Religioso é abordado o ensino religioso.

Apontado como a etapa mais extensa da Educação Básica, o Ensino Fundamental atende as idades entre 6 e 14 anos e totaliza nove anos de duração. São considerados anos iniciais do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano; e os anos finais são considerados do 6º ao 9º ano. Para cada área do conhecimento são elencadas competências específicas que dialogam com as dez competências gerais da Educação Básica, explicitando como essas são expressas nas referidas áreas. Ainda sobre as competências presentes nessa etapa, para as áreas do conhecimento que comportam mais de um componente curricular as competências são especificadas de acordo com cada componente. Os objetos de conhecimento são compreendidos como os conteúdos, conceitos e processos que são organizados em unidades temáticas. As habilidades estão relacionadas aos componentes curriculares e tem como objetivo proporcionar subsídios para o desenvolvimento das competências específicas através das aprendizagens consideradas como essenciais respeitando os diferentes ambientes escolares nos quais os educandos estão inseridos.

Diante dos conteúdos e elementos apresentados, principalmente no que se refere às competências requeridas no Ensino Fundamental, a BNCC apresentada por meio de dez competências gerais da educação básica que devem, em teoria, ser alcançadas pelos educandos ao longo da Educação Básica - Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio – a fim de desenvolver a sociedade na direção da democracia, inclusão e justiça (BRASIL, 2018). Além das competências

gerais, são apresentadas as competências direcionadas a cada nível de ensino e às particularidades dos mesmos tais como as áreas de conhecimento e componentes curriculares.

Tendo em vista que os fundamentos pedagógicos da BNCC se baseiam no desenvolvimento de competências, parte-se do princípio de que os alunos devem “saber conhecer” e “saber fazer” considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana. Na BNCC competência é considerada como “[...] a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 08).

O caminho na busca pelo conhecimento e pela formação integral do educando a partir dos contextos e realidades que envolvem o Pea prescrito na BNCC aborda diálogos multidisciplinares e é nesse contexto multidisciplinar que emerge o diálogo sobre práticas de mediação cultural. Apesar da elaboração do documento considerar elementos normativos que a antecederam e utilizá-los como base para seu desenvolvimento, a BNCC apresenta como diferencial a participação de profissionais multidisciplinares, bem como a discussão do documento em diversos ambientes, fatores que favoreceram o desenvolvimento de parâmetros que contemplam uma formação ampla, considerando toda a complexidade que envolve o desenvolvimento humano.

Nota-se, a partir da análise, que a participação de profissionais multidisciplinares não se restringe apenas à elaboração do documento, uma vez que as demandas educacionais expressas no documento, no que tange aos novos métodos e abordagens de ensino, refletem na necessidade da aplicação de metodologias multidisciplinares e nesse contexto emergem contribuições das mais variadas áreas do conhecimento.

Considerado um período em que os alunos se deparam com desafios de maior complexidade, nas orientações direcionadas aos anos finais do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, são pautadas a autonomia e os desafios psicológicos, sociais e emocionais enfrentados pelos alunos decorrentes da transição entre a infância e a adolescência (BRASIL, 2018). Ainda nessa fase de ensino é que se reforça a necessidade de oferecer aos educandos ferramentas e práticas escolares diversificadas, as quais lhe permitam interagir com o Pea de modo crítico a partir do acesso a diferentes fontes de informação e conhecimentos (KOYAMA, 2012).

Iniciando o processo dialógico acerca da interação e do acesso aos novos formatos de comunicação que emergem do avanço do modelo toyotista (COSTA E SOUZA, 2017) e seu impacto

nas escolas, a BNCC orienta sobre o aproveitamento do potencial que os educandos possuem em interagir com o meio digital a fim de que a escola esteja engajada para promover novos modos de aprendizagem, pautando sempre a interação entre educandos, educadores e os espaços e ambientes ocupados por eles no decorrer do Pea (BRASIL, 2018).

Isso ocorre por um imperativo do deslocamento do mundo do trabalho ao ambiente digital seguindo assim um modelo toyotista de controle dos trabalhadores por meio de máquinas ligadas aos operários em uma linha de produção semiautomática com impactos nas escolas (COSTA E SOUZA, 2017). Essa demanda não requer apenas o desenvolvimento da competência em informação, mas de competências que permitam a fruição dos documentos de arquivo como bens culturais e a apropriação da materialidade. Isso pois, se os direitos humanos forem considerados nesta equação infoprodutiva, também cabe vida cultural, direito do indivíduo ser quem ele é, reconhecimento de condições materiais, consciência de classe, produção de valores culturais e outros elementos constituintes do campo da cultura postos em funcionamento, ao menos potencialmente, por meio de práticas de mediação cultural em direção à competência material (ALDABALDE, 2021).

Em se tratando da competência em informação, supõe-se que é requerido, dentre outras práticas, saber buscar, avaliar e usar a informação e a produção de conhecimentos adquiridos ao longo de toda vida (GERLIN, 2020). Assim, pode identificar que a competência em informação pode aproximar-se das competências gerais descritas na BNCC, a depender de como os envolvidos nas atividades abordam tais competências. Essa aproximação tende a valorizar as relações, os saberes e as vivências dos indivíduos como elementos constituintes da construção do conhecimento ao longo da educação básica. Desse modo, considera-se relevante identificar uma possível aproximação entre os conceitos das competências discutidos no âmbito da CI, a competência material (Aldabalde, 2021), e as competências gerais apresentadas pela BNCC.

Os componentes curriculares que compõem a área de conhecimento de Linguagens são: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa. Nesta são apresentadas seis competências que refletem, de modo geral, na compreensão, no conhecimento e utilização das diferentes práticas de linguagem, incluindo as modalidades que emergem do modelo de produção toyotista (COSTA E SOUZA, 2017), de modo que o uso de documentos eletrônicos no Pea pode colaborar para uma formação que possibilite a interação com esses novos recursos ditos “tecnológicos” com pensamento crítico (BRASIL, 2018).

No componente curricular Língua Portuguesa, a BNCC aborda as diferentes práticas de linguagens e reforça a importância das discussões acerca do respeito às particularidades linguísticas existentes na sociedade e em respeito a todas as particularidades e aos modos e formatos que a linguagem abrange (BRASIL, 2018), traça orientações que ampliam as possibilidades de trabalho do referido componente, fazendo uso de recursos diversificados de fontes. Um exemplo está prescrito no Eixo Leitura que ao abordar sobre o tratamento das práticas leitoras expressa sobre a análise textual abrangendo critérios investigativos quanto ao contexto sócio-histórico de circulação do texto analisado, objetivos, pontos de vista, época e o papel social do autor do documento, de modo que ao caso dos documentos de arquivo isso pode ser feito em relação ao produtor do documento arquivístico.

Com isso, as instituições arquivísticas, ao menos quando se assumem como espaços de mediação cultural, podem oferecer parcerias aos alunos, docentes, bibliotecários escolares e demais sujeitos que atuam no ambiente escolar, na medida em que se disponibiliza o acervo documental de forma que possa auxiliar na compreensão do passado e do presente por meio do uso dos documentos históricos digitais contemporâneos ou de maior antiguidade.

As orientações expostas no Quadro 1 são breves propostas, se comparadas às inúmeras possibilidades de interlocuções entre as orientações expressas na BNCC e o uso educativo de documentos de arquivo como elementos colaborativos e ferramentas de interação no decorrer do Pea, ampliando assim ao terreno público o que foi abordado aos arquivos privados em Aldabalde (2021). Devido à extensão dos diversos diálogos com professores, esses não são aqui apresentados, mas optou-se por sistematizar um quadro ao qual se referem associações realizadas na análise do referido documento, para melhor elucidar a relação entre as competências e orientações presentes na BNCC e as práticas de mediação cultural no contexto arquivístico. Neste seguimento, apresenta-se resultados preliminares do estudo relacionando as competências específicas da área da disciplina de história, voltadas para o Ensino Fundamental e para as práticas de mediação cultural realizáveis em instituições arquivísticas.

Quadro 1 – Competências, itens arquivísticos e práticas de mediação cultural com arquivos ao uso institucional no setor da educação.

Competências da Base Nacional Comum Curricular	Itens arquivísticos relacionados	Práticas de mediação cultural e educativas
Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.	Mapas e registros fotográficos	Visitas ao arquivo, organizadas pelos arquivistas professores com objetivos e metodologias a serem definidos em acordo entre os responsáveis, o mediador, os organizadores do arquivo e da instituição educacional.
Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.	Certidões de nascimento e casamento	Trabalhos de pesquisa histórica simplificada, para que os alunos se iniciem no conhecimento das fontes primárias fazendo distinção entre estas e as fontes secundárias e/ou terciárias.
Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.	Cartões postais e registros de postagens nas mídias sociais	Distribuição de kits pedagógicos, constituídos de reproduções de documentos e textos, sobre alguma função municipal ou acontecimento percebido como relevante no imaginário coletivo dos habitantes do município, do estado ou da nação.
Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.	Certificados, atestados e declarações	Aulas de história no arquivo utilizando documentos arquivísticos como material didático, com temas previamente escolhidos por professores e arquivista de história considerando conteúdos nos arquivos selecionados.
Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.	Bilhetes de identidade, cartões e cartas	Exposições de fac-similares no arquivo para que possam estabelecer relações com conteúdo das aulas de história local ou nacional.
Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.		Concursos de monografias, a partir de temas dados, envolvendo documentos do arquivo.
Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.	Livros, revistas, jornais e outros manuscritos	Campanhas de coleta, pelos estudantes, de documentos familiares para que possam formar coleções, subsidiando a construção da memória local ou nacional.

Fonte: Adaptado de Brasil (2018), Bellotto (2014) e Aldabalde (2021).

Apesar do quadro acima não ter contemplado o ensino de Artes, Jammet (2007) aponta que as ações de mediação podem ser orientadas para a criação, sendo essa atribuída ao âmbito da democracia cultural como estratégia incluindo as diversidades nas expressões culturais. Assim, o arquivo pode ser constituído também como campo de produção cultural conforme descreve Jammet (2007).

A partir do Quadro 1 e de Aldabalde (2021), cabe trazer as seguintes questões sobre possibilidades originais aos usos dos documentos para fins educativos: O documento de arquivo pode ser considerado uma fonte confiável de informação? O que este documento pode provar? Quais os valores atribuídos aos arquivos em questão? Valores probatórios ou históricos e/ou culturais? Qual é o nome deste documento? Qual é o produtor? Qual é o suporte? Onde e quando foi produzido? Qual é o cargo ou a posição do autor? Para qual operação ou atividade o documento foi gerado? Qual o contexto histórico de sua criação? O que o documento significa para a sua cidade, estado ou território? Quais as similaridades e as distinções entre a produção dos arquivos de hoje em relação ao(s) documento(s) desta época ou data? Quais código(s), símbolo(s) e língua(s) estão presentes no documento? Qual o teor ou o que é tratado no documento? De que forma os cidadãos podem usar os arquivos para fiscalizar os governantes? Como os documentos podem contribuir para a identidade local ou de sua comunidade? O quão relevante é preservar os originais digitais ou impressos? Por que é importante que o suporte seja durável? É possível identificar o gênero textual? Qual? Quais as partes do documento podem ser identificadas? Há algum símbolo, ícone, letra, ou qualquer forma que desperte a atenção ou sensibiliza? Há elementos de validação como carimbos, assinaturas ou timbres? Por que a autenticidade é qualidade essencial aos documentos que podem provar algo? Quais os responsáveis por proteger os documentos públicos e mantê-los autênticos? Quais as utilizações dos documentos no passado, presente e futuro? Quais os meios para obter acesso aos documentos? Os documentos nato-digitais são mais frágeis e menos seguros do que os impressos em suporte papel? Há instrumentos de pesquisa para acessar os documentos? Quais são as instituições e os profissionais responsáveis por preservar a autenticidade dos documentos em questão?

Para Jammet (2007) na mediação cabe levantar o questionamento sobre o que define o valor dos arquivos, entre outras coisas. Portanto, tais questões atendem ao que é cabido aos arquivos. Aliás, por meio de práticas de mediação cultural parece ser possível colocar os sujeitos em contato com outras realidades, assim como indica Chaumier (2016), podendo servir ao combate da alienação social, diagnosticada em Corazza (2016), e lacunar na BNCC.

As BNCCs não são um consenso entre os educadores. Para a autora há o óbice de que os professores das instituições de ensino considerem que a BNCC não seja obrigatória, quando deve ser debatida com a comunidade educacional para sua melhoria e implementação. Corazza (2016) não é uma apologista da BNCC e constata que há descon siderações em relação aos sintomas sociais. De acordo com a autora, a BNCC é algo que foi feito ou produzido sob interesses de grupos dominantes (latifundiários, usineiros, banqueiros e outros) sem vínculos com os interesses sociais diversos, não constituindo-se de uma solução para problemas da educação brasileira e espelhando equívocos.

Assim, a autora busca analisar a BNCC como um produto que resulta de um investimento para a submissão do setor da educação aos interesses do capital, refletindo sobre um quadro com os seguintes elementos: a falta de definições sobre de que forma a BNCC será utilizada, o desejo por facilitismos, a culpabilização dos professores, a precarização das escolas, péssimos materiais didáticos, o prejuízo na integração social, o retorno do fascismo, o déficit na formação dos professores, a incapacidade em estabelecer laços, a alienação dos sujeitos, a possibilidade de retrocessos sociais e a falta de segurança sobre a sobrevivência.

Além disso, Corazza (2016) aponta que os agenciadores da BNCC autorizam disciplinas consideradas nobres e não abarcam, ao menos na proporção que caberia, os espaços para transculturalidade, impactando a demanda social para currículos locais e comunitários com mais diversidade.

Para a autora, os currículos regionais ou diversos parecem ser considerados pela BNCC como coisas pequenas, inferiores ou supérfluas, quando são de extrema importância. Sobre a implementação Corazza (2016) registra que a “junção entre a Base e a parte diversificada é que oportunizaria a pretendida formação integral dos estudantes, nos diversos contextos e níveis de ensino” (CORAZZA, 2016, p. 137). Cabe observar que, mediados por professores e arquivistas, é possível contribuir para as lutas contra o retorno do fascismo, diagnosticado em Corazza (2016), sobretudo pelas vias da democratização e democracia cultural já expostas.

O presente trabalho pode servir de apoio, limitando-se ao escopo proposto, para atender a falta de definições sobre como a BNCC (Brasil, 2018) será usada por professores, lacuna essa apontada por Corazza (2016). Também vai ao encontro de outras demandas da educação, de modo que o arquivo pode ser um espaço para trabalhar as diversidades e as realidades locais complementarmente ao nacional, necessidade esta identificada pela autora. Isso não depende

apenas dos serviços educativos e culturais ofertados por arquivos públicos, mas também dos mediadores envolvidos, nomeadamente os arquivistas e os professores ou educadores.

Em vista do exposto, a utilização de documentos de arquivo está prevista na BNCC e pode-se envolver não somente docentes da disciplina de História, como também de outras disciplinas e áreas do conhecimento ou formas de transmissão do conhecimento popular como as narrativas orais. Desse modo, as orientações e as competências expressas nesse documento, a BNCC, norteiam o Pea, sem buscar obliterar os verdadeiros eixos da mediação cultural, isto é, a democratização e a democracia cultural. Desta forma, o quadro acima pode ser utilizado como base para o planejamento de um calendário de práticas de mediação cultural em parceria colaborativa entre arquivos e escolas, ainda que não sejam práxis, podem ser um ponto de partida para o desenvolvimento de parcerias entre arquivos e escolas públicas ao benefício da educação nacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se apenas introduzir o debate sobre as práticas de mediação cultural com documentos de arquivo como um caminho para atender à BNCC (2018) e desenvolver competências. Com base na análise do documento se reconhece o uso do acervo documental do APMV, e por extensão do material de outros arquivos públicos, como um recurso didático às práticas de mediação cultural. Essas direcionadas para o Ensino Fundamental como caracterizam os arquivos como espaços de práticas de mediação cultural.

Espera-se que, no desenvolvimento da pesquisa, além da área de História, sejam identificadas as relações entre os conteúdos normativos da BNCC (2018) e as práticas de mediação cultural no contexto educativo do Ensino Fundamental e suas áreas do conhecimento como proposta metodológica para a aplicação dos conteúdos previstos no calendário escolar. Ainda é previsto que ocorra o planejamento de práticas, no contexto de uma pesquisa-ação, em consonância com os conteúdos apresentados pela BNCC (2018) direcionados ao Ensino Fundamental; as demandas informacionais apresentadas pelo corpo docente participante da pesquisa da Escola Municipal de Ensino Fundamental; e as possibilidades do APMV. Nota-se que, por tratar-se de um estudo com base na BNCC, pode-se ampliar os resultados qualitativos para todo território nacional.

Por fim, por reconhecer os limites de tempo e espaço, aponta-se para as pesquisas futuras: o estudo sobre políticas públicas culturais e educativas aos arquivos públicos em

prosseguimento a Aldabalde (2015; 2021), o aperfeiçoamento de modelos de práxis de mediação cultural, a estruturação dos arquivos públicos em termos de gestão democrática na direção de consolidação de serviços organizacionais que podem abranger a difusão, a educação e a mediação cultural.

REFERÊNCIAS

ALDABALDE, T. V. **Arquivologia e Pedagogia Arquivística: bases para uma habilitação que ensine o arquivista educar**. In: I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia – REPARQ. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://docs.google.com/a/arquivistica.org/viewer?a=v&pid=sites&srcid=YXJxdWI2aXN0aWNhLm9yZ3xyZXBhcnF8Z3g6M2FkOWM5MmJhZjc4ZGEyMg> Acesso em: 11 nov. 2022.

ALDABALDE, T. V. Arquivos para o desenvolvimento da competência material em atividades didáticas. In: In: KOYAMA, A. C.; PARRELA, I.; PRADO, G. V. T.; BRAGANÇA, I. F. S. (Orgs.). **Memórias, narrativas e suas linguagens: arquivos, mídias e educação para outros devires**. São Paulo: FE-UNICAMP Editora, 2021. p. 156-179 Disponível em: <https://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/down.php?down=110941> Acesso em: 11 nov. 2022.

ALDABALDE, T. V. Mediação cultural em instituições arquivísticas: o caso do arquivo público do estado do Espírito Santo. 2015. 221 f., il. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19742/1/2015_TaiguaraVillelaAldabalde.pdf Acesso em: 11 nov. 2022.

ALDABALDE, T. V. Diversidade na instituição arquivística: Um levantamento de práticas com públicos especiais no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, v. 31, p. 109-128, 2018. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/890/902> Acesso em: 11 nov. 2022.

ALMEIDA, Marco Antonio de. **Mediação cultural e da informação: considerações socioculturais e políticas em torno de um conceito**. 2007, Anais.. Salvador: ANCIB, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT3--212.pdf> Acesso em: 11 nov. 2022.

ANDRADE, D. M.; SILVA, L. C. C.; MOTTA, M. L. B.; CARVALHO, M. A.; D'AGOSTINI, Y. C. Competência informacional de estudantes do ensino médio de rede de ensino de Belo Horizonte – Minas Gerais. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 5, n. 2, 2015.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BARROS, T. H. B. Os arquivos, a arquivística e o discurso: alguns marcos históricos e conceituais. **Informação Arquivística**, v. 2, n. 1, 2013.

BELLOTTO, H.L. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. Editora FGV, Rio de Janeiro: 2008.

BELLOTTO, H. L. Arquivo e Sociedade: políticas e ações voltadas para a cultura e para a educação. In: Antônio Carlos Duarte de Carvalho (org.). **Memória da Saúde: Desafios e Possibilidades do Trabalho em Arquivos e Museus de Ciência**. 1 ed. Ribeirão Preto: FUNPERC-RP, 2006, v. 1, p. 41-52.

BELLOTTO, H. L. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte, MG: Ed. da UFMG, 2014.

BORGES, J.; SANTOS, K. Difusão cultural e educativa nos arquivos públicos dos estados brasileiros. **Ágora: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 24, n. 49, p. 311-342, out. 2014. ISSN 0103-3557. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/504>. Acesso em: 31 jul. 2019.

BRANDÃO, G. S. Competências Infocomunicacionais e o Arquivista: Mediação para a Apropriação da Informação. **Ponto de acesso**. Salvador, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. Brasília. 2018

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 jan. 1991.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Secretaria de Edições e Publicações, 2005.

CAMARGO, A. M. de A; MACHADO, H. C. Como implantar arquivos públicos municipais. 2. ed. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000.

CHAUMIER, S. Vers une médiation participative. In: In: SERAIN, F. CHAZOTTES, P; CAILLET, E; VAYSSE, F. (dir.) **La Médiation Culturelle**: cinquième roue du carrosse. Collection Patrimoines et Sociétés. L'Harmattan, Paris, p.223-247, 2016.

CORAZZA, S. M. Base Nacional Comum Curricular: apontamentos crítico-clínicos e um trampolim. **Educação**: revista quadrimestral. Porto Alegre, v. 39, n. esp. (supl.), p.135-144, dez. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2016.s.23591>

COSTA, F. P.; ALDABALDE, T. V. Um estudo dos usuários e usos do Arquivo Municipal de Vitória. **Acervo**, v. 33, n. 3, p. 86-101, ago. 2020.

COSTA, I. A., SOUZA, J. S. O toyotismo e a redefinição do papel da escola. **Encontro Brasileiro da Rede Latino-americana de Estudos sobre o Trabalho Docente (Rede Estrado)**. UNICAMP.

Campinas: 2017. Disponível em:

http://anaisbr2017.redeestrado.org/files/abstracts/000/000/343/original/2017_Trabalho_Redestrado_Andrade_Souza.pdf

ESPÍRITO SANTO, S.M.; MURGUIA, E. Relações pendulares na mediação da informação: arquivo - biblioteca - museu. **Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 7., 2006, Marília: Unesp, 2006. Disponível em:

<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/vii/enancib/paper/viewFile/2475/1606> Acesso em: 11 nov. 2022.

FERREIRA, L. E.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. A mediação da informação no âmbito da arquivística. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 1, p. 158-167, 2013.

GERLIN, M. N. M. **Competência leitora e competência em informação: saberes e fazeres necessários ao acesso da informação (hiper)textual no século XXI**. Vitória (ES): EDUFES, 2020.

GERLIN, M. N. M.; SIMEAO, E. Transgressões no campo da Ciência da Informação: abordagens de uma prática científica em permanente constituição. **Em Questão**, v. Online first, p. 1-26, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GOLDENBERG, M. **A Arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOMES, S. H. T. Digitalização e Indexação do Acervo Fotográfico da Biblioteca do Museu Ferroviário de Bauru. In: **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. XXVI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 2015. São Paulo, v. 11, n. especial, pag. 563-581, 2015.

HORTA, M. L. P., GRUNBERG, E., MONTEIRO, A. Q. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

JAMMET, Y. La médiation au service des publics: les enjeux, les moyens, les expériences: réfléchir le projet culturel et la médiation? Quelles stratégies pour l'action culturelle? In: **Actes de Colloques "Quelle politique culturelle pour les services éducatifs des Archives?" Direction des Archives de France, 2007, Lyon**. La Documentation Française: Paris, p.183-189, 2007.

KOYAMA, A. C. Acervos documentais online, práticas de memória e experiências educacionais. **Acervo - Revista do Arquivo Nacional**, v. 29, n. 2, jul.-dez, p. 74-88, 2016.

KOYAMA, C. A. Educação patrimonial em arquivos on-line: narrativas em rede e seus tecidos. **Resgate**. vol. XX, n. 23 - jan./jun. 2012. p. 7-17

PAES, M. L. O conselho nacional de arquivos, o sistema nacional de arquivos e os arquivos municipais. **Ágora**, n. 8, p. 230-249, 1998.

PEREIRA, G.; CAETANO, A. M. P.; SANTANA, M. V. B.; RIBEIRO, T de J. O lugar da biblioteca e do bibliotecário na Base Nacional Comum Curricular. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, vol. 15, maio de 2021.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação e Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 01-22, maio/ago. 2014.

RAMOS, F. B.; REAL, D. C.; OLIVEIRA, F. R. Bibliotecas escolares: leitura, (in)formação e cultura para uma educação cidadã. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, [S.l.], v. 5, n. 11, p. 84-97, set. 2018.

RODRIGUES, A. M. L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v.11, n. 1, p. 102-117, jan./abr. 2006.

SILVA, E. V.; VENTORIM, S. A condição docente do bibliotecário escolar na educação básica. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 4 n. 2, n. 2, p. 94-108, 2016.

STEEGMULLER, C. Cultural mediation, ou tentative de traduction anglo-saxonne d'une notion française. In: SERAIN, F. CHAZOTTES, P; CAILLET, E; VAYSSE, F. (dir.) **La Médiation Culturelle: cinquième roue du carrosse**. Collection Patrimoines et Sociétés. L'Harmattan, Paris, p.191-197, 2016.

NOTAS DE AUTORIA

Fabíola Pereira Costa

Professora de História; Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2021); Bacharelado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2022); Licenciatura em História pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci (2020); Pós Graduação em Educação Profissional Tecnológica pelo Instituto Federal do Espírito Santo (2019); Bacharelado em Arquivologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2016); Técnico em Biblioteconomia (2010); Técnico em Gestão Empresarial (2007).

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/0957039987080230>.

Taiguara Villela Aldabalde

Bacharel em Arquivologia (Universidade Federal do Rio de Janeiro, UNIRIO). Mestre em Ciências (Universidade de São Paulo, USP). Doutor em Ciência da Informação (Universidade de Brasília, UnB). Pós-doc em Ciências da Informação (Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal). Atuação de pesquisa em Documentação, Estudos de Instituições Arquivísticas, História dos Arquivos e Método Quali-Quantitativo aplicado à Pesquisa Arquivística (Archival Research). Tem publicado resultados em artigos em periódicos relevantes que constam no Qualis CAPES e capítulos de livros tanto no país quanto no exterior. Mantém-se em correspondência com outros cientistas, inclusive em colaborações internacionais. Possui experiência com as seguintes disciplinas: Gestão de Instituições e Serviços Arquivísticos, Projeto em Organização de Arquivos, Mediação e Acesso à Informação Arquivística, Mediação Cultural em Arquivos,

Avaliação de Documentos Arquivísticos, Projeto de Pesquisa, e, Arranjo e Descrição de Documentos Arquivísticos. Também ministrou Tópicos Especiais em Arquivologia I, Representação Temática I, Tópicos Especiais em Arquivologia VII, Ação Cultural, orientou pesquisas de graduação no âmbito da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso e lecionou Paleografia e Diplomática. Atualmente é coordenador de estágio em Arquivologia, e, no passado, subcoordenador do Colegiado de Arquivologia. Dentre seus interesses de investigação e produção científica encontram-se: Transformação Digital; Infoprodutos; Mediação; Gestão de Produtos Digitais.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/5623964456964265>.

Meri Nadia Marques Gerlin

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Educação e bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora Adjunta do Departamento de Biblioteconomia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da UFES. Líder do Grupo de Pesquisa "Competência leitora e competência em informação: saberes e fazeres transdisciplinares no campo da Ciência da Informação" certificado pelo CNPq. Coordenadora do projeto de extensão Informa-Ação e Cultura e da atividade de pesquisa e extensionista Rede de Estudos das Competências (REC). Pesquisadora da Rede BRASIL de Gestão da Informação e Tradução do Conhecimento em Saúde à Ciência Cidadã registrada na Plataforma Brasil. Demonstra interesse pelas áreas: competência em informação; competência leitora; competência narrativa (contação de histórias); informação, saúde e sociedade; leitura literária e biblioterápica; planejamento de ações culturais, educativas e informativas; serviço de referência e sistemas de recuperação da informação; tecnologias de leitura, informação e comunicação; uso ético da informação e desinformação. Autora de artigos publicados em revistas científicas, em capítulos de livros organizados por pesquisadores, em anais de eventos científicos nacionais e internacionais, em livros literários e acadêmicos completos, como a obra "Competência Leitora e competência em informação: saberes e fazeres necessários ao acesso da informação (hiper)textual no século XXI" produzida pela Edufes e as obras da Coleção Tradição e Tecnologia publicada pela Faculdade de Ciências da Informação (FCI) da UnB: Tecendo redes e contando histórias: competências em informação e narrativa na contemporaneidade? (volume 1) e Modelo de rede colaborativa baseado nas competências em informação e narrativa (volume 3). Ocupa uma cadeira na Academia Capixaba de Artes e Letras de Poetas Trovadores (ACALPT-CTC) envolvendo-se em movimentos culturais que compreendem a arte, a informação e a literatura espírito-santense.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/7448832399554247>.